



**CIÊNCIA, PODER E IMPÉRIO: A CASA LITERÁRIA DO ARCO DO CEGO E OS
PROJETOS DE D. RODRIGO DE SOUSA COUTINHO PARA O BRASIL (1796-1803)**
SCIENCE, POWER AND EMPIRE: THE PRINTING HOUSE ARCO DO CEGO AND THE
PROJECTS OF D. RODRIGO DE SOUSA COUTINHO FOR BRAZIL (1796-1803)

JOSÉ LUÍS CARDOSO¹

Resumo

Na visão do império construída por d. Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência ocupava lugar de eleição. As publicações produzidas pela Casa Literária do Arco do Cego (entre 1799 e 1801), com o apoio de frei Mariano da Conceição Veloso e de outros naturalistas, tradutores e gravadores nascidos no Brasil, oferecem testemunho ímpar dessa preocupação centrada na difusão do conhecimento científico e na demonstração da sua utilidade prática. O lema da Casa Literária era "sem livros não há instrução", sendo o seu propósito primordial o de mostrar que a ciência era fundamental para promover uma adequada utilização dos recursos naturais. Os títulos publicados pela Casa Literária do Arco do Cego servem como pretexto motivador deste texto, no qual procurarei demonstrar que o fascínio de d. Rodrigo de Sousa Coutinho pela ciência era, afinal, um meio para conceber a reforma ilustrada do império.

Palavras-chave: d. Rodrigo de Sousa Coutinho, Casa Literária do Arco do Cego, império colonial, reformas ilustradas, história natural, economia política

Abstract:

In the vision of the empire constructed by d. Rodrigo de Sousa Coutinho, science occupied a central position. The publications produced by the Casa Literária do Arco do Cego (between 1799 and 1801), with the support of frei Mariano da Conceição Veloso and other naturalists, translators and engravers born in Brazil, offer unique testimony to this concern centred on disseminating scientific knowledge and demonstrating its practical usefulness. The Casa Literária's motto was "without books there is no instruction", and its primary purpose was to show that science was fundamental to promoting the proper utilisation of natural resources. The titles published by the Casa Literária do Arco do Cego serve as the motivating pretext for this text, in which I will try to demonstrate that d. Rodrigo de Sousa Coutinho's fascination with science was, in the end, a means of conceiving the illustrated reforms of the empire.

Keywords: d. Rodrigo de Sousa Coutinho, Printing House Arco do Cego, colonial empire, enlightened reforms, natural history, political economy

¹ Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. E-mail: jcardoso@ics.ulisboa.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8432-1052>.



Introdução

Nos finais do século XVIII, o império colonial português conheceu um processo de reformas ilustradas, com o objetivo de limitar o carácter extrativo das instituições coloniais, sobretudo no que diz respeito aos abusos associados ao sistema fiscal. Essas reformas foram promovidas por uma elite de administradores esclarecidos, muitos deles nascidos em território brasileiro, mas formados na Universidade de Coimbra, em Portugal continental. Mais de duas décadas antes da independência política brasileira, as reformas dirigidas ao Brasil foram influenciadas por uma nova atitude em relação ao papel da ciência e do conhecimento prático, a fim de assegurar o reconhecimento dos recursos naturais e humanos indispensáveis a um processo sustentável de crescimento económico. Neste contexto, merece assinalar o importante papel desempenhado por uma tipografia – a *Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego*, que daqui em diante referirei abreviadamente como Tipografia ou Casa Literária do Arco do Cego – que foi deliberadamente patrocinada pelo influente ministro d. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Durante um período muito limitado (1799-1801), a Tipografia do Arco do Cego produziu um número impressionante de livros e panfletos, originais e traduzidos, sobretudo dedicados a instruções práticas sobre agricultura e manufaturas, especificamente dirigidos aos leitores brasileiros. Ilustrados com gravuras de grande qualidade, os livros publicados eram veículos de modernização, propondo medidas políticas que visavam a melhoria dos processos de afetação económica dos recursos naturais. Muitas dessas publicações eram traduções de manuais e cartilhas inglesas ou francesas e, portanto, servem também para explicar processos de difusão e apropriação de ideias económicas e conhecimentos tecnológicos. Apesar de não abordarem explicitamente as políticas económicas nos moldes habituais, os impressos da Casa Literária do Arco do Cego foram um poderoso instrumento de defesa de melhoramentos económicos no Brasil e ajudam-nos a compreender as mudanças ocorridas no império português antes da independência brasileira.

Um programa político estratégico para a tipografia

A prosperidade comercial de que gozava o império português nos finais do século XVIII deveu-se, em grande parte, ao papel desempenhado pelo Brasil, não só como



fornecedor de matérias-primas e géneros alimentícios para os quais havia uma procura crescente nos mercados europeus (nomeadamente o açúcar e o algodão) e, portanto, como fonte de um intenso comércio de reexportação, mas também como consumidor de produtos fabricados na metrópole, bem como de vinho e de mão de obra escrava das colónias africanas. Era natural, portanto, que d. Rodrigo de Sousa Coutinho, o esclarecido Ministro da Marinha e dos Domínios Ultramarinos nomeado em 1796, estivesse sempre atento à administração política e económica do Brasil, consciente da importância crucial que a economia brasileira e o comércio colonial tinham para a manutenção do equilíbrio económico de todo o reino. No contexto mais amplo da balança de poder entre as nações europeias, a própria existência e manutenção de territórios coloniais era um importante fator de diferenciação e uma condição crucial para assegurar supremacia económica, assunto em agenda desde o período da governação pombalina (cf. Cardoso e Cunha 2012).

Uma das principais preocupações reveladas ao longo da administração colonial ilustrada de Sousa Coutinho foi o apoio a um melhor conhecimento do território brasileiro e dos seus recursos naturais. A organização de viagens filosóficas, a recolha de dados estatísticos, a descrição das condições de vida e os novos planos de valorização de recursos económicos foram matérias que adquiriram importância crescente na conceção da política colonial, evidenciando assim a confiança depositada no conhecimento científico como base sólida para a tomada de decisões políticas.²

Especialmente atento a essa necessidade de articulação entre ciência e governação, Sousa Coutinho providenciou a criação de cargos públicos nas capitanias, destinados ao levantamento do território e à execução de obras de infraestruturas, promoveu o ensino da aritmética, geometria e trigonometria, com vista à formação de contadores e medidores, favoreceu a consolidação e aumento da cultura do linho cânhamo, da canela e da pimenta. Cuidou dos problemas da administração das matas e também se interessou pelo estabelecimento de manufaturas, além da preocupação cimeira com o desagravamento da carga fiscal na produção e consumo.

O seu pensamento e ação foram influenciados pela crença, tão típica do século das Luzes, na capacidade de descoberta científica a nos fins práticos e úteis da utilização da ciência. Por isso, cuidou de alargar a sua esfera de influência, rodeando-se de cientistas e

² Recorde-se o texto de sua autoria (Coutinho 1797) que funcionou como manifesto programático e estratégico da política colonial por si delineada.



naturalistas que lhe forneciam argumentos para impor a sua firme autoridade política a governadores territoriais e agentes políticos locais. A sua legitimidade era reforçada pelo modo como convencia os seus subalternos da bondade de instrumentos que visavam aperfeiçoar métodos de cultivo, introduzir e aclimatar novos produtos agrícolas, melhorar a extração de matérias-primas destinadas a uso manufatureiro, ou diminuir os encargos fiscais associados ao desempenho de atividades produtivas e mercantis.³

Foi com esta agenda de articulação frutuosa entre a ciência e o exercício do poder político que d. Rodrigo de Sousa Coutinho criou a Casa Literária do Arco do Cego. Iniciou a sua atividade em agosto de 1799 com um programa ambicioso de publicação de livros, opúsculos e instruções práticas sobre temas científicos, tais como agronomia, botânica, mineralogia, química, física e hidráulica, aplicados ao melhor aproveitamento e à mais eficiente exploração dos recursos naturais do Brasil que eram suscetíveis de utilização económica (tabaco, cânhamo, algodão, arroz, batata, cana-de-açúcar), mas também sobre questões sociais relacionadas com a pobreza, a mendicância e a saúde pública. Sousa Coutinho desempenhou ação direta na escolha dos colaboradores e na definição do programa editorial da Casa Literária, à luz do seu conhecimento das obras científicas mais bem adequadas aos objetivos que prosseguia, muitas das quais presentes na biblioteca pessoal que constituiu em Turim, durante a missão diplomática como representante da coroa portuguesa na corte da Sardenha e Piemonte (cf. Carolino 2013 e Cardoso 2019).

A sua intervenção era deliberadamente política, submetendo a rede de cientistas e naturalistas sob sua jurisdição ministerial a compromissos de empreitadas científicas que eram componentes essenciais da sua visão sobre o exercício do poder ilustrado. Apesar de não ter um programa expressamente delineado sobre a criação e difusão de ciência, as suas ações permitem configurar a existência de um projeto de articulação entre o exercício do poder político e a informação de base científica que deveria fundamentar os processos de tomada de decisão.

Exemplo esclarecedor e bem ilustrativo de uma estratégia política que fazia da ciência instrumento privilegiado de governação (sobretudo para o Brasil) foi dado pelos projetos de

³ Está fora do âmbito deste texto uma discussão aprofundada da vasta historiografia luso-brasileira dedicada à visão do império de d. Rodrigo Sousa Coutinho, com destaque para Lyra 1994, Cardoso 2001, Silva, 2002-2006, Pombo 2015 e Malerba 2020, além dos inúmeros artigos, muitos dos quais tendo na sua origem pesquisas realizadas no âmbito de teses de mestrado e doutoramento em universidades brasileiras, que terei oportunidade de referir ao longo deste texto.



substituição de importação de potassa (matéria-prima essencial para o fabrico de vidro, sabão, papel, medicamentos, tinturaria e branqueamento de tecidos), de localização de nitreiras naturais e de produção artificial de salitre (essencial para o fabrico de pólvora). Sousa Coutinho envolveu nesses projetos a sua rede de amizades e cumplicidades científicas, nomeadamente Alexandre Rodrigues Ferreira, João Feijó, Manuel Arruda da Câmara, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, frei Mariano da Conceição Veloso, José Vieira Couto, João Manso Pereira, quer em Portugal continental, quer em diversas capitanias do Brasil, a quem forneceu instruções precisas para o cumprimento da sua missão (cf. Pereira 2014, 510-519).

O seu poder e controlo permitiam mesmo que os livros publicados com a chancela da Casa Literária do Arco do Cego fossem dispensados da obrigatoriedade formal de obtenção de licenças das instituições que na época tinham tal incumbência (Desembargo do Paço), replicando o privilégio idêntico que era garantido à Academia das Ciências de Lisboa (cf. Villalta 2019, 88-93).

Conforme bem sintetizou Luís Miguel Carolino:

A análise das diferentes dimensões em que atuou, e que a historiografia tem mencionado de forma algo desconexa, revela que dom Rodrigo legislava e atuava politicamente movido por um programa científico preciso e consistente (...). Todas essas medidas, pensava dom Rodrigo, de acordo com os princípios iluministas, concorriam para o desenvolvimento político, económico e ‘civilizacional’ do império luso-brasileiro (Carolino 2014, 213).

Alguns livros e folhetos publicados, originais ou traduções, tinham como objetivo e âmbito a simples informação, apresentada de forma técnica, com propósitos pedagógicos e propedêuticos, sobre a descrição botânica das plantas, ou a constituição mineralógica dos solos, ou as propriedades de certas plantas para uso industrial, ou instrumentos particulares para melhorar o transporte e o armazenamento, enquanto outras obras eram concebidas como uma apresentação sistemática de soluções técnicas e sociais nos vários sectores da atividade económica.⁴

A Casa Literária constituiu-se numa eficiente rede de letrados e funcionários brasileiros, muitos deles com formação de base científica nos novos cursos da Universidade de Coimbra instituídos no contexto da reforma pombalina de 1772 que viviam

⁴ Sobre a emergência, circulação e usos do conhecimento económico, ver Bohórquez 2014, que toma o caso da América espanhola no final do século XVIII e início do século XIX para ilustrar o processo de difusão de discursos e narrativas sobre comércio e economia política e as suas implicações para a reforma e transformação da administração colonial nas vésperas das independências da América Central e do Sul. Ver também Adelman 2006 e Paquette 2008



temporariamente no continente, mas que continuavam atentos às imensas potencialidades dos recursos brasileiros (cf. Boschi 2006). Havia um sistema informal de bolsas de estudo, que permitia o pagamento de traduções, e Sousa Coutinho administrava com maestria essa rede de agentes letrados ao serviço da produção e difusão científicas.

Entre os que contribuíram como autores ou tradutores, podemos assinalar a presença de frei José Mariano da Conceição Veloso, Manuel Arruda da Câmara, José Feliciano Fernandes Pinheiro, António Carlos Ribeiro de Andrade, Hipólito José da Costa, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, João Manso Pereira, José da Silva Lisboa, José Ferreira da Silva, José Francisco Cardoso de Moraes, Vicente Coelho de Seabra Silva Teles, Vicente José Ferreira Cardoso da Costa.⁵

Esta rede era formada por cientistas competentes, conhecedores dos avanços de conhecimento nos principais centros europeus de produção de ciência, autores de memórias e artigos que souberam apropriar e difundir saberes inovadores. Conforme assinalou Loralai Kury, passando em revista os contributos dos principais cientistas luso-brasileiros de finais do século XVIII:

A tentativa de constituição de uma massa sólida de conhecimentos sobre a natureza brasileira, aliada a uma utilização sistemática de bibliografia internacional, fez parte das ambições dessa geração de homens de ciência e foi acompanhada por mais três características relevantes: a crítica do modelo português, a exaltação de outros sistemas de colonização e a valorização da experiência brasileira e tropical (Kury 2004, 122).

Foi esse novo modelo de fazer aplicar a ciência que mobilizou d. Rodrigo de Sousa Coutinho para este projeto ambicioso de valorização do Brasil como território de pesquisa que lhe garantisse um outro posicionamento e uma nova centralidade no quadro imperial.

A Casa Literária do Arco do Cego era uma peça importante desse projeto, mas não era instrumento único. Sousa Coutinho esteve também na origem da criação do *Observatório Real da Marinha* (a 15 de março de 1798) e da *Sociedade Marítima Militar e Geográfica* (a 30 de junho de 1798), neste caso com a missão central de produzir instrumentos cartográficos para a descrição do território brasileiro. No entanto, os estatutos desta Sociedade indicavam também o objetivo complementar de incentivar o conhecimento científico ilustrado como meio de "obter uma melhor situação da produção, e promover a comunicação interna, assim

⁵ Alguns destes membros da elite intelectual brasileira tornar-se-iam mais tarde referências importantes do movimento reformista em direção à independência e à construção da nação após 1822. Sobre essa elite intelectual cf. Maxwell 1973. Sobre esta ligação entre o esforço científico e os compromissos políticos em contextos latino-americanos ver Glick 1991.



como favorecer o estabelecimento de manufaturas, que facilmente encontrarão o seu local natural e mais conveniente".⁶ Verifica-se, pois, que a política de melhoramentos posta em prática por Sousa Coutinho, foi servida por adequados instrumentos e redes institucionais geradores de sociabilidade científica (cf. Curto 1999, 47-49).

Objetivos e temas das publicações da Casa Literária

Passemos agora a uma apreciação mais pormenorizada do funcionamento da tipografia. O seu líder indiscutível foi frei José Mariano da Conceição Veloso, religioso franciscano nascido no Brasil, que viveu em Lisboa entre 1790 e 1808. Era um reputado botânico e naturalista, formado na tradição dos saberes cultivados pelos colégios franciscanos e dos ambientes literários e científicos do Rio de Janeiro e de São Paulo (cf. Nunes e Brigola 1999). Quando chegou a Lisboa, o seu principal projeto era a publicação da *Flora Fluminensis*, uma descrição botânica do Brasil que, porém, passaria por um difícil processo de edição devido à impressão negativa que causou aos bem estabelecidos e reputados botânicos portugueses formados em meios académicos universitários (nomeadamente José Correia da Serra e Félix Avelar Brotero).⁷

Frei Veloso não chegou a ser sócio efetivo da Academia das Ciências de Lisboa. Só foi aceite como sócio correspondente estrangeiro em 1790 e sócio livre em 1791, não se conhecendo atividade relevante nesta instituição.⁸ No entanto, Sousa Coutinho reconheceu os méritos científicos de frei Veloso e fez dele o grande apoiante e guardião do seu empreendimento inovador: criar uma tipografia especialmente dedicada à tradução de obras

⁶ Sobre a natureza, objetivos e atividades desenvolvidas por esta sociedade, que teve uma duração efêmera (1798-1809), e sobre o modo como serviu os propósitos políticos do seu mentor, cf. Martins and Figueiredo, 2024.

⁷ De facto, a *Flora* só viria a ser publicada em 1825 e 1827, muitos anos após a sua morte em 1811. Sobre as vicissitudes da impressão frustrada da *Flora Fluminense* e sobre o relacionamento entre frei Veloso e d. Rodrigo nos anos que antecedem a criação da Casa Literária do Arco do Cego, cf. Faria 2015. Sobre os méritos botânicos de frei Veloso, e seu enquadramento numa perspetiva de história das práticas e instituições científicas e dos contextos culturais de formação do conhecimento, cf. Kury 2015 e Safier 2019. Sobre o seu envolvimento numa rede internacional de especialistas botânicos, sobretudo em França e Inglaterra, cf. Luna 2019. Para uma abordagem de conjunto sobre o seu percurso como viajante filosófico e naturalista, anterior à sua ação na Casa Literária (entre 1742 e 1790), cf. Pataca 2019. Sobre o seu papel como tradutor ou promotor de tradução de obras científicas cf. Ferreira 2019 e Harden 2009.

⁸ Cf. o seu processo académico in: <https://arquivo.acad-ciencias.pt/details?id=2339>



científicas e à difusão de conhecimentos úteis no Brasil. Como o próprio frei Veloso viria a expor em um de seus escritos, o lema da tipografia sintetizava bem o seu propósito educativo: “sem livros não há instrução”. A maior parte dos seus contributos viria a ser reunida em *O Fazendeiro do Brasil*, uma coleção de traduções e ensaios dedicados ao aproveitamento económico de plantas originárias ou transplantadas para o solo brasileiro, nomeadamente: açúcar, plantas para tinturaria, café, cacau e especiarias.

O número total de itens publicados pela tipografia do Arco do Cego, entre 1799 e 1801, foi de 83 (36 textos originais; 41 traduções; 6 textos em latim). Mais de metade (44) destes 83 exemplares incluíam gravuras, algumas delas coloridas na própria tipografia (cf. Leme 1999 e Faria 1999). Além da biblioteca pessoal de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, que continha diversas obras que viriam a ser objeto de tradução, importa salientar a constituição de uma biblioteca própria, habitualmente designada de “Livraria do Padre Veloso”, constituída por um total de 245 títulos versando, predominantemente, temas de aplicação das ciências a atividades agrícolas e industriais. Esta pequena biblioteca nuclear é bem reveladora, quer das orientações editoriais que subjazem à produção impressa da Casa Literária, quer dos interesses intelectuais e científicos de frei Veloso (cf. Ramos 2019)

Os materiais impressos pela Casa Literária do Arco do Cego tinham alguma semelhança, mais nos títulos do que no conteúdo, aos encomendados e publicados pela Academia das Ciências de Lisboa. Menos preocupados com os aspetos científicos da história natural, os folhetos do Arco do Cego sobre temas agronómicos – para citar apenas um dos campos que recebeu apoio de ambos os contextos institucionais – davam mais ênfase a questões didáticas e pedagógicas e destinavam-se principalmente a ajudar os proprietários agrícolas, sesmeiros e colonos, possuidores de níveis mínimos de literacia, a desenvolver as suas competências e a obter instrumentos para uma melhor identificação e aproveitamento dos recursos naturais suscetíveis de utilização económica.

O empenho direto de Sousa Coutinho neste projeto editorial de difusão de saberes práticos era também um sinal da importância que atribuía às redes de sociabilidade científica que lhe forneciam argumentos de autoridade para a concretização da sua ambição política. Deste modo, revela a sua vontade expressa em criar circuitos de produção e divulgação de conhecimento científico que ultrapassavam o âmbito institucional da Academia das Ciências de Lisboa. Apesar de ter sido feito sócio honorário da Academia em 1797 (um ano após o seu regresso de Turim), nunca manteve atividade académica regular. O interesse em explorar vias



autônomas de gestão e comunicação de matérias de âmbito científico – fosse nas atividades regulares da Sociedade Marítima, Militar e Geográfica, ou na produção tipográfica da Casa Literária do Arco do Cego – demonstra bem a determinação de d. Rodrigo de Sousa Coutinho em criar suportes institucionais que apenas dependessem da sua decisão. Sem nunca ter hostilizado a Academia das Ciências, não há dúvida que sempre preferiu não ficar subordinado aos ditames de um poder científico que não era por si controlado, procurando garantir soluções institucionais alternativas de validação dos saberes produzidos por encomenda.

Os livros e panfletos produzidos pela Casa Literária do Arco do Cego eram enviados por correio para as capitanias do Brasil, com instruções aos governadores para se ocuparem da sua circulação e venda (cf. Silva 1999, 188-190). A título exemplificativo, refira-se que entre 1799 e 1802 foram enviados para a capitania de São Paulo 2300 livros produzidos pela Casa Literária. Porém, 5 anos depois, cerca de $\frac{3}{4}$ desses livros (1700) continuavam armazenados sem distribuição ou venda (Wegner 2004, 138), registrando-se inúmeras queixas do governador da capitania sobre a dificuldade de escoamento dos livros destinados à instrução dos seus putativos leitores (Verardo 2005). Piores resultados ainda ocorreram em São Luís de Maranhão: de uma remessa total de 1053 livros relativos a 13 títulos diferentes foram apenas vendidos 42 exemplares no espaço de 4 meses (Galves 2013, 6; e Costa Júnior 2016, 65-76). O sucesso de venda parece ter sido maior noutras capitanias, conforme ilustra a correspondência oficial trocada entre d. Rodrigo de Sousa Coutinho e os governadores de territórios brasileiros. Aliás, a prova de que a Casa Literária funcionava a pensar no mercado brasileiro fica demonstrada pelo facto de o volume de receitas no Brasil ter sido o dobro do registado em Portugal, durante o período curto de 3 anos de existência da Casa Literária (Campos 1999; Wegner 2004, 138). Mas também são conhecidas situações de distribuição gratuita, com sinais de leitura e apropriação pelos destinatários dos conhecimentos úteis vertidos em cartilha pedagógica, de que são exemplo as capitanias de Santa Catarina (Matos 2007) e de Minas Gerais (Pereira 2015).

Apesar de ser questionável o impacto real que obteve a leitura de textos didáticos que visavam melhorar o desempenho na produção agrícola e manufatureira, não há dúvida que a intenção programática era indício de uma crença inabalável nos efeitos, a médio e longo prazo, do conhecimento aplicado a objetos úteis, nos resultados frutuosos da prática científica,



na articulação prodigiosa entre observação, experiência e difusão de saberes aplicados (cf. Kury 2015).

A tipografia estava muito bem apetrechada, com fundição própria para o fabrico de tipos, secção de desenho e gravura e uma Aula dirigida por Joaquim Carneiro da Silva, bem como uma secção de encadernação e um atelier para a produção das chapas de cobre para as gravuras. A qualidade das gravuras, que constitui um marco da Casa Literária do Arco do Cego, deveu-se certamente ao empenho em manter as melhores condições para a sua conceção e produção.⁹

Em alguns casos, o número de exemplares impressos foi de 1000 ou mesmo 2000, metade dos quais foram distribuídos gratuitamente, conforme acima referido. O investimento em equipamento e os custos permanentes com o pagamento de tradutores e gravadores eram bastante avultados, enquanto a necessidade de bem gerir as receitas não era assumida de forma profissional. Por conseguinte, o défice acumulado era perfeitamente natural e a tipografia foi obrigada a encerrar em 1801. A lista dos seus trabalhadores era composta por 61 empregados (incluindo 21 gravadores) que contribuíam para as atividades da tipografia do Arco do Cego. Todo o seu património foi incorporado na recém-fundada Impressão Régia. E a suspeita de más práticas de gestão ficou sempre associada à atividade da tipografia (cf. Domingos 1999).

Com a extinção da Casa Literária do Arco do Cego e sua incorporação na Impressão Régia (pelo decreto de 7 de dezembro de 1801) ficaram a conhecer-se as dificuldades de gestão de um empreendimento editorial centrado na figura do seu mentor prático, frei Mariano da Conceição Veloso que, independentemente dos méritos que lhe assistem pelos resultados impressos da sua atuação, deixou uma memória de má gestão e de aproveitamento, com benefícios próprios documentados em testemunhos da época, do equipamento pago com dinheiros públicos (Ramos 1999 e 2000), e da produção ilegal de livros “usando de manobras contábeis e acumulando dívidas” (Villalta 2019, 96). Ou seja, jogou habilmente com a confiança que nele depositara e na autonomia que lhe atribuíra d. Rodrigo de Sousa Coutinho, procurando retirar dividendos materiais em seu proveito.

Dada a curta duração da tipografia do Arco do Cego, alguns dos textos e livros previstos foram publicados por outras tipografias associadas quer a frei José Mariano da

⁹ As gravuras (informativas e pedagógicas) que ilustravam profusamente muitos dos livros produzidos pela Casa Literária do Arco do Cego eram deliberadamente copiadas das estampas da *Encyclopédie* que, deste modo, funcionava como padrão de referência de autoridade para os gravadores luso-brasileiros (Faria 2002).

Conceição Veloso, como autor e tradutor, quer a d. Rodrigo de Sousa Coutinho, como padrinho político ou comissário financeiro, nomeadamente as oficinas de António Rodrigues Galhardo, de João Procópio Correia e de Simão Tadeu Ferreira. Na avaliação do resultado global deste empreendimento editorial conjunto, é, pois, indispensável considerar, além dos 83 títulos com a chancela do Arco do Cego, um outro conjunto de 57 títulos publicados entre 1795 e 1806, com temas semelhantes, de autoria e tradução dos mesmos colaboradores, com gravuras também concebidas e produzidas pelos mesmos profissionais (ver Catálogo completo in Campos 1999).

A distribuição temática dos assuntos apresentados neste conjunto de 140 livros e panfletos é apresentada no quadro 1. As categorias estabelecidas não exigem especial justificação. No entanto, convém sublinhar o peso considerável (57%) dos artigos consagrados às categorias D, E, F e G, ou seja, às que têm um sentido económico mais evidente, assim se confirmando o propósito de constituição de um conjunto coerente de textos versando tópicos de economia rural, sem se esquecerem outras atividades económicas e problemas sociais conexos.

Relativamente ao total de 140 itens considerados, 77 correspondem a traduções (55%). A percentagem de textos traduzidos é relativamente mais elevada nas categorias económicas (64%).

Temas	%
A - Poesia, literatura, história, religião	15,0
B - Artes gráficas, desenho, pintura	5,0
C - Ciências fundamentais e aplicadas	21,4
D - Agricultura (geral e instruções)	30,0
E - Artes e manufaturas	9,3
F - Comércio e comunicações	7,9
G - Problemas sociais e saúde pública	10,0
H - Outros	1,4
Total	100

Quadro 1: Distribuição temática das publicações

Motivações e programa de ação

A leitura dos prólogos e das dedicatórias fornece informações úteis sobre os motivos que explicam a utilidade dos textos publicados. Trata-se de um interessante conjunto de peças



de persuasão, que tanto sublinham a pertinência da luta contra a ignorância, como o mérito da emulação de experiências bem-sucedidas noutros países e regiões do globo. Também explicam a relevância da realização de traduções, definidas como “o meio pelo qual as línguas se tornam universais” (*Instituto*, 1801).

As dedicatórias de abertura dos livros traduzidos ou de autoria própria, expressam em retórica apropriada o patrocínio desejado da coroa e o aplauso esperado do príncipe regente (DeNipoti e Pereira 2013). No caso das traduções, são merecedores de atenção as palavras justificativas que constam dos prefácios e dedicatórias que ensaiam uma conciliação entre o discurso científico iluminista e a apologia do poder tutelar régio (Harden 2011). Igualmente importantes são as epígrafes e divisas utilizadas no início das obras, enquanto formas e fórmulas de intertextualidade reveladoras de filiações culturais, intelectuais e científicas (Harden 2018). Conforme bem assinalou Breno Ferreira:

O discurso contido nos prefácios a *O Fazendeiro do Brasil* estava alinhado aos propósitos da política reformista de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, apresentando a concepção de que a modernização agrícola poderia reduzir os danos causados pelos homens à natureza nativa, ou até mesmo ir além, já que poderia ser recuperada em certa medida (Ferreira 2019, 2018).

Na dedicatória de *O Fazendeiro do Brasil*, frei Mariano da Conceição Veloso fundamentou nestes termos as tarefas que lhe competiam:

(...) fui incumbido, a saber: de ajuntar, e trasladar em português todas as memórias estrangeiras que fossem convenientes aos estabelecimentos do Brasil, para o melhoramento da sua economia rural, e das fábricas, que dela dependem, pelas quais ajudados, houvessem de sair do atraso, e atonia, em que atualmente estão, e se pusessem ao nível, com os das nações nossas vizinhas, e rivais no mesmo continente, assim na quantidade, como na qualidade dos seus géneros e produções (Veloso 1798a: i).

As questões em análise podiam ser os argumentos a favor da transplantação de plantas, ou a melhoria das técnicas agronômicas, ou uma simples exposição das utilizações de espécies botânicas menos conhecidas, com vista à substituição de produtos importados. Neste sentido opinava António Carlos Ribeiro de Andrade, tradutor de uma memória de autor anónimo sobre a importância do comércio do açúcar, argumentando que:

além de alguns assisados raciocínios sobre a importância das colónias de açúcar de todas as nações, tem de mais o merecimento de explanar miudamente a cultura e preparação do cravo, noz-moscada, e canela, e demonstrar a possibilidade de se poderem cultivar estas preciosas plantas na Ilha de Tobago, de onde por analogia se argumenta para o Brasil, mormente o Pará, e Maranhão (*Considerações* 1800).

De forma idêntica defendia o anônimo tradutor de uma instrução sobre a cultura das batatas que, “sendo pois tão sólidas as vantagens e estando tão reconhecida a utilidade daquela preciosíssima raiz” (*Instrução* 1800), haveria toda a vantagem em promover o seu cultivo. E com clareza explicava frei Conceição Veloso que a impressão de estampas representando as variedades de plantas de quina (planta com propriedades terapêuticas, rica em quinino, sobretudo útil no combate à malária, mas também utilizável em tinturaria, nas manufaturas têxteis) permitiria uma fácil identificação destas plantas, originárias do Peru, em território brasileiro. Por isso, considerava que a forte procura europeia desta planta justificava a domesticação da sua cultura no Brasil, antevendo propriedades superiores à da quina proveniente do Peru (*Quinografia* 1799). Com idêntico propósito traduziu excertos sobre a cultura de pimenta da Índia, afirmando que “não duvido que os nossos cultivadores especieiros, ou de especiarias saberão, unindo as suas reflexões a estas (...) fazer-nos ver dentro de pouco tempo uma cultura própria do país” (*Memória* 1798, ii).

A diminuição dos custos e a melhoria de capacidade de utilização dos fatores de produção (terra, trabalho e capital) eram os argumentos habituais para justificar uma nova atitude em relação aos méritos das descobertas científicas aplicadas à vida económica. Assim o expressou frei Mariano da Conceição Veloso no prefácio à edição que preparou de excertos da famosa obra de André João Antonil dedicados aos engenhos de açúcar, apelando ao “seu melhoramento, ou no todo, ou nas partes, que os constituem, quero dizer, suavizar o enorme peso das suas máquinas, diminuir o imenso consumo das suas lenhas, melhorar o químico processo da extração deste sal essencial, assim na quantidade, como na qualidade” (Antonil 1800).

Com efeito, o progresso dos sectores económicos foi sempre concebido como estando dependente dos resultados do progresso científico e da emulação de experiências bem-sucedidas noutros países, designadamente nas antigas colónias britânicas na América do Norte (cf. exemplos in *Cultura americana* 1799).

Apesar da inexistência de um quadro teórico coerente, alguns dos tradutores revelaram ter consciência de uma contextualização global proporcionada pelo discurso da economia política (cf. Azevedo 2017). A oportunidade de uma abordagem mais erudita poderia ser criada pelo facto de o texto traduzido ser, ele próprio, veículo de autores conhecidos, como foi o caso de um pequeno panfleto sobre a cultura da batata em que o autor cita Adam Smith em



defesa da menor intensidade de mão de obra das plantações de batata, quando comparadas com as de arroz e trigo (Doyle 1800).

A preferência estratégica pela dinamização da agricultura como setor económico privilegiado fica bem patente na maior parte dos textos publicados sobre temas económicos, de que a seguinte afirmação de frei Mariano Veloso, no prefácio à tradução do célebre ensaio de Henry Pattullo sobre o aperfeiçoamento dos usos da terra, é bem elucidativa: “A agricultura, é a origem viva e fecunda das riquezas, das forças e das prosperidades do Estado (...) Tudo floresce em um Estado, onde floresce a agricultura” (Pattullo 1801).

No entanto, podemos também encontrar uma visão mais articulada sobre a concatenação das atividades económicas, apresentada por alguns tradutores nos seus prólogos justificativos. Os excertos que se seguem são excelentes exemplos dessa tentativa de oferecer um quadro interpretativo global dos setores que interagem na vida económica.

Relativamente à necessidade de construir canais de navegação, o tradutor António Carlos Ribeiro de Andrade escreve:

Os canais diminuindo imensamente os gastos da condução, reduzirão o preço dos géneros, o qual sendo menor aumentará o consumo, o consumo a produção, e a produção a povoação, que sempre está em razão direta do número de subsistência, e por um círculo, que parecerá vicioso aos olhos, que não enxergam longe no horizonte económico, virá também a povoação a fazer crescer a produção. Desta série de ações, e reações nascerá a abundância e felicidade geral (Fulton 1800, ii)

Sobre o papel dos agricultores na criação da riqueza, afirma o tradutor José Feliciano Pinheiro que:

(...) deles dimanam as riquezas, que depois de animarem o comércio, a povoação, e a indústria, tornam às mãos do agricultor para serem reproduzidas: e à plenitude deste refluxo periódico das rendas do Estado para sua origem, é que se deve atribuir sua renovação perpétua, esvaindo-se totalmente, se esta circulação se afrouxar, interromper ou desvairar. Tão conexos são os anéis da cadeia, que nas sociedades sabiamente organizadas tem prescrito a Economia Política (*Discursos* 1800, iii-iv).

Em quase todos os prólogos, o elogio aos representantes do poder e o reconhecimento do seu apoio ao empreendimento científico são características recorrentes que atingem, por vezes, um carácter hagiográfico. As virtudes medicinais das plantas, assim como as suas utilizações industriais, poderiam facilmente oferecer pretextos retóricos para aclamar as qualidades superiores do Augusto soberano ou do ministro esclarecido ao seu serviço.



O diretor da Casa Literária do Arco do Cego, frei José Mariano da Conceição Veloso, foi o mais proeminente praticante desse estilo de escrita panegírica. Numa nota introdutória a um conjunto de gravuras representando plantas para extração de potassa (vegetal alcalino), frei Veloso explica a classificação de uma das plantas com o nome "Joannesia", em homenagem ao príncipe regente d. João. A justificação é um testemunho claro da estreita ligação que os agentes de produção e difusão científica procuravam manter com as principais figuras de autoridade e de representação do poder político:

Descubro as três seguintes conexões. I. Nas folhas digitais umas mãos abertas quais têm sido as de V.A.R. para favorecer aos beneméritos. II. No fruto lenhoso, em figura de coração, e cicatrizado, um coração constante mas assinalado pelo sentimento das desgraças políticas da última década deste século. III. Nas duas sementes que encerra o fruto, os dois bens da religião, e da monarquia, que V.A.R. tem no coração. E também os dois objetos de um amor igual, o reino, e o principado (Veloso 1798b: 198).

Uma singela descrição botânica serve na perfeição como artifício retórico para lisonjear as virtudes do monarca e enaltecer o poder por ele representado.

Considerações finais

As atividades de difusão científica da tipografia do Arco do Cego revelam indiscutível carácter multidimensional, permitindo a captação deste objeto de estudo em diversos campos historiográficos. Na abordagem aqui desenvolvida, procurei situar e discutir o modo como a história da ciência se interliga de forma indissociável com a história política do período em causa (1796-1803), tendo em atenção o lugar central ocupado por d. Rodrigo de Sousa Coutinho. A sua missão como Ministro da Marinha e dos Domínios Ultramarinos (1796-1801) e como Presidente do Real Erário (1801-1803) foi muito marcada por uma visão estratégica que colocou a ciência bem no centro dos processos de decisão política.

O estudo das publicações da Casa Literária e de outras tipografias congêneres permite compreender como a produção e a difusão de conhecimentos em diversos domínios científicos estavam associadas a estratégias de capacitação política. Quer isto dizer que o sucesso da ação dos cientistas e divulgadores de ciência e tecnologia dependia, em larga medida, da sua capacidade de comunicação com o poder.

No final do século XVIII, o conhecimento científico, especialmente em história natural, medicina e farmacopeia, era parte integrante de um conjunto mais vasto de



motivações e interesses económicos e políticos. As políticas destinadas a promover o desenvolvimento económico dos territórios coloniais eram servidas pela disponibilidade de pessoas dedicadas ao trabalho científico – através de textos originais ou de tradução de obras estrangeiras – que procediam à descrição de recursos naturais e a experiências laboratoriais, sabendo que os seus contributos eram fundamentais para esse fim. Formava-se deste modo uma elite esclarecida, uma rede de cooperação entre políticos, reformadores e cientistas que convergiam para um mesmo objetivo: desenvolver a educação científica ao serviço da economia e sociedade e do poder imperial que as sustentava.

A promoção da impressionante e intensa atividade editorial da Casa Literária do Arco do Cego – fora do habitual meio universitário e académico – foi um instrumento de promoção do conhecimento útil e aplicado ao desenvolvimento das atividades económicas no Brasil, especialmente as associadas ao melhor aproveitamento dos recursos naturais, com objetivos ambiciosos de reconfiguração de um poderoso império. Esse desiderato ficou muito a dever-se à ação esclarecida de d. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Quando a Casa Literária foi extinta, em dezembro de 1801, o seu espólio (máquinas, oficinas, instrumentos, e carteira de obras a editar) foi incorporado na reanimada Imprensa Régia. d. Rodrigo era então Presidente do Real Erário, ficando por inerência do cargo com a função adicional de Inspetor Geral da Imprensa Régia. A sua mudança de posto, transitando do Ministério da Marinha e Domínios Ultramarinos para o Real Erário, ditou um novo nexo institucional para o exercício das funções que a agora extinta Casa Literária do Arco do Cego tinha vindo a desempenhar. Deste modo, d. Rodrigo de Sousa Coutinho, chamava a si o que achava impossível de ser levado por diante pelos seus pares de governo, cuja mediocridade e incompetência era frequente motivo de suas queixas ao Príncipe Regente d. João. Em simultâneo, devido à situação deficitária em que se encontrava a Casa Literária, encontrou hábil solução financeira para a incorporação do passivo da extinta tipografia do Arco do Cego num empreendimento editorial de maior alcance. Assim, os critérios de eficácia política e racionalidade financeira ditaram o fim de um projeto cultural inovador que prosseguia em novos moldes sob a tutela ilustrada de d. Rodrigo de Sousa Coutinho que, desde os anos passados em Turim, acreditava na bondade da difusão científica e técnica como instrumento de desenvolvimento económico e progresso social.



Referências

- ADELMAN, Jeremy, 2006. *Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton: Princeton University Press.
- ANTONIL, André João, 1800. *Extrato sobre os engenhos de açúcar do Brasil, e sobre o método já então praticado na fatura deste sal essencial, tirado da obra Riqueza e Opulência do Brasil, para se combinar com os novos métodos, que agora se propõem*. Lisboa: Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego.
- AZEVEDO, Dannylo de, 2017. Ecos da economia política nos prefácios do Fazendeiro do Brasil, *Revista Angelus Novus*, USP, Ano VIII, nº 13, 169-189.
- BOHÓRQUEZ, Jesús, 2014. *Luces para la Economía. Libros y discursos de economía política en el Atlántico español durante la era de las revoluciones (Nueva Granada, 1780-1811)*. Bogotá: ICANH.
- BOSCHI, Caio Cesar, 2006. Política e edição: os naturais do Brasil nas reformistas oficinas do Arco do Cego. In Dutra, Eliana, e Mollier, Jean-Yves (org.), *Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 495-510.
- CAMPOS, Maria Fernanda *et. al.* (ed.), 1999. *A Casa Literária do Arco do Cego. Bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- CARDOSO, José Luís, 2001. Nas malhas do império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. In José Luís Cardoso (ed.), *A Economia Política e os Dilemas do Império Luso-Brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 65-109.
- CARDOSO, José Luís, 2019. D. Rodrigo de Sousa Coutinho em Turim: cultura económica e formação política de um diplomata ilustrado. In: Mota, Isabel F. e Spantigati, C. E. (eds.), *Tanto ella assume novitate al fianco: Lisboa, Turim e o intercâmbio cultural do século das luzes à Europa pós-napoleónica*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 19-48.
- CARDOSO, José Luís e Cunha, Alexandre Mendes, 2012. Enlightened reforms and economic discourse in the Portuguese-Brazilian Empire (1750-1808). *History of Political Economy*, 44:4, 619-641.
- CAROLINO, Luís Miguel, 2013. O poder dos livros. A biblioteca de Rodrigo de Sousa Coutinho. *Revista do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro*, a. 174 (460), 109-140.
- CAROLINO, Luís Miguel, 2014. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico. In: Gesteira, Heloisa Meireles, Carolino, Luís Miguel, e Marinho, Pedro (orgs.), *Formas de Império: Ciência, Tecnologia e Política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 191-221.
- Considerações cândidas e imparciais sobre a natureza do comércio do açúcar, e importância comparativa das ilhas britânicas, e fazendas das índias ocidentais, nas quais se estabelece o valor, e consequências das ilhas de Santa Luzia e Granada*, 1800. Lisboa: Oficina da Casa Literária do Arco do Cego (trad. António Carlos Ribeiro de Andrade).
- COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa, 1797. Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América. In: *Textos Políticos, Económicos e Financeiros (1783-1811)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, Vol. II, 47-66 (org. André Diniz Silva).
- COSTA JÚNIOR, Flávio Pereira, 2016. *Um Maranhão ilustrado? História e natureza na correspondência entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. Diogo de Sousa (1798-1801)*. São Luís MA: Universidade Federal do Maranhão, dissertação mimeo.



Cultura Americana que contém uma relação do terreno, clima, produção, e agricultura das colônias britânicas no norte da América, e nas índias ocidentais, com observações sobre as vantagens e desvantagens de se estabelecer nelas (...), 1799. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo (trad. José Feliciano Pinheiro).

CURTO, Diogo Ramada, 1999. D. Rodrigo de Souza Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: Campos, Maria Fernanda *et. al.* (ed.), *A Casa Literária do Arco do Cego. Bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 15-49.

DENIPOTI, Cláudio e Pereira, Magnus Roberto de Mello, 2013. Sobre livros e dedicatórias: d. João e a Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). *História Unisinos*, V. 17, 257-271.

Discursos Apresentados à Mesa da Agricultura sobre vários objetos relativos à cultura, e melhoramento interno do Reino, 1800. Lisboa: Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego (trad. José Feliciano Pinheiro).

DOMINGOS, Manuela, 1999. Mecenato político e economia da edição nas Oficinas do Arco do Cego. In: Campos, Maria Fernanda *et. al.* (ed.), 1999. *A Casa Literária do Arco do Cego. Bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 91-106.

DOYLE, Henry, 1800. *Tratado sobre a cultura, uso, e utilidade das batatas, ou papas 'solanum tuberosum', e instrução para a sua melhor propagação*. Lisboa: Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego (trad. José Mariano da Conceição Veloso).

FARIA, Miguel, 1999. Da facilitação e da ornamentação: a imagem nas edições do Arco do Cego. In: Campos, Maria Fernanda *et. al.* (ed.), 1999. *A Casa Literária do Arco do Cego. Bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 107-137.

FARIA, Miguel Figueira de, 2002. L'influence de l'Encyclopédie sur l'édition illustrée au Portugal: la maison littéraire de l'Arco do Cego (1799-1801). *Histoire de l'Art*, n° 50, 37-46.

FARIA, Miguel Figueira de, 2015. A *Flora Fluminense* de frei José Mariano da Conceição Veloso e a gênese da Casa Literária do Arco do Cego. In: AA.VV., *Homenagem a Justino Mendes de Almeida*, Lisboa: ACD Editores, 277-302.

FERREIRA, Breno Ferraz Leal, 2019. Conservação da natureza e modernização agrícola nos prefácios de *O Fazendeiro do Brasil*, de frei José Mariano da Conceição Veloso (1798-1806). *Temporalidades*, Edição 29, v. 11:2, 15-30.

FULLTON, Robert, 1800. *Tratado do melhoramento da navegação por canais, onde se mostram as numerosas vantagens, que se podem tirar dos pequenos canais, e barcos de dois até cinco pés de largo, que contenham duas até cinco toneladas de carga (...)*. Lisboa: Oficina da Casa Literária do Arco do Cego (trad. António Carlos Ribeiro de Andrade).

GALVES, Marcelo Cheche, 2013. Cultura letrada na virada para os oitocentos: livros à venda em São Luís do Maranhão. In: *XXVII Simpósio Nacional de História* (Natal).

GLICK, Thomas, 1991. Science and Independence in Latin America (with special reference to New Granada). *The Hispanic American Historical Review*, 71:2, 307-334.

HARDEN, Alessandra Oliveira, 2009, Brasileiro tradutor e/ou traidor: frei José Mariano da Conceição Veloso. *Cadernos de Tradução* (Florianópolis), Vol. 1:23, 131-148.

HARDEN, Alessandra Oliveira, 2011. Os tradutores da Casa do Arco do Cego e a ciência iluminista: a conciliação pelas palavras. *Trabalhos em Linguística Aplicada* (Campinas), n 50:2, 301-320.

Harden, Alessandra Oliveira, 2018. Translation and Science in the Luso-Brazilian Enlightenment: intertextuality in epigraphs and mottoes. *Cadernos de Tradução* (Florianópolis), Vol. 38:3, 259-278.



Instituto dos pobres d'Hamburgo, 1801. Lisboa: Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego (trad. Ildefonso Leopoldo Bayard).

KURY, Lorelai, 2004. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 11 (supl. 1), 109-129.

KURY, Lorelai, 2015. O naturalista Veloso. *Revista de História* (São Paulo), nº 172, 243-277.

Leme, Margarida O.R. Pais, 1999. Um breve itinerário editorial: do Arco do Cego à Impressão Régia. In: Campos, Maria Fernanda *et. al.* (ed.), 1999. *A Casa Literária do Arco do Cego. Bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 77-90.

LUNA, Fernando José, 2019. La Condamine, frei Veloso e os fluxos de conhecimento sobre plantas medicinais entre Europa e América no século XVIII. In Pataca, Ermelinda Moutinho e Luna, Fernando José (orgs.), *frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: EDUSP, 357-373.

LYRA, Maria de Lourdes Viana, 1994. *A Utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil: Bastidores da Política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras.

MALERBA, Jurandir, 2020. *Brasil em Projetos. História dos Sucessos Políticos e Planos de Melhoramento do Reino. Da Ilustração Portuguesa à Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

MARTINS, Carlos Moura and Figueiredo, Fernando B., 2024. Making science for the Portuguese Empire: The Royal Maritime, Military and Geographic Society (1798-1809). *Notes and Records. The Royal Society Journal of the History of Science*, nº 78, 493-517. <http://doi.org/10.1098/rsnr.2023.0014>.

MATOS, Felipe, 2007. A circulação dos livros da Tipografia do Arco do Cego em Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis, século XVIII). *Anais da VII Jornada Setecentista* (Curitiba).

MAXWELL, Kenneth, 1973. The Generation of the 1790's and the idea of the Luso-Brazilian Empire. In: d. Allen (ed.), *The Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 107-144.

Memória, e extratos sobre a pipereira negra (Piper nigrum L.) que produz o fruto conhecido vulgarmente pelo nome de pimenta da Índia nos quais se trata da sua cultura, comércio, usos, etc., 1798. Lisboa: Oficina de João Procópio Correia da Silva.

NIETO, Mauricio, 2000. *Remedios para el Imperio: historia natural y la apropiación del Nuevo Mundo*. Bogotá: ICANH.

NUNES, Fátima e Brigola, João, 1999. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811): um frade no Universo da Natureza. In: Campos, Maria Fernanda *et. al.* (ed.), 1999. *A Casa Literária do Arco do Cego. Bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 51-75.

PAQUETTE, Gabriel B., 2008. *Enlightenment, Governance and Reform in Spain and its Empire, 1759-1808*. Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan.

PATACA, Ermelinda Moutinho, 2019. frei Veloso viajante. In Pataca, Ermelinda Moutinho e Luna, Fernando José (orgs.), *frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: EDUSP, 155-186.

PATTULLO, Henry, 1801. *Ensaio sobre o modo de melhorar as terras*. Lisboa: Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello, 2014. D. Rodrigo e frei Mariano: a política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi (Rio de Janeiro)*, vol. 15, nº 29, 498-526.

PEREIRA, Márcio Mota, 2015. A circulação de impressos pragmáticos publicados pela tipografia literária do Arco do Cego na Capitania de Minas Gerais. *Estudios Historicos* (Uruguai), nº 14, 1-12.



POMBO, Nívia, 2015. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Pensamento e Ação Político-administrativa no Império Português (1778-1812)*. São Paulo: Editora Hucitec.

Quinografia portuguesa, ou coleção de várias memórias sobre vinte e duas espécies de quinas, tendentes ao seu descobrimento nos vastos domínios do Brasil, 1799. Lisboa: Oficina de João Procópio Correia da Silva.

RAMINELLI, Ronald, 2008. *Viagens Ultramarinas. Monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda.

RAMOS, Margarida Ortigão, 2000. A Oficina do Arco do Cego e a sua memória na Imprensa Régia. *Revista Portuguesa de História do Livro*, ano III, nº 7, 49-86.

RAMOS (PAES LEME), Margarida Ortigão, 2019. A Livraria do Padre Veloso e o Plano Editorial da Arco do Cego. In Pataca, Ermelinda Moutinho e Luna, Fernando José (orgs.), *frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: EDUSP, 281-291.

SAFIER, Neil, 2019. Itinerários do Conhecimento. Conceição Veloso entre pragmatismo e patriotismo. In Pataca, Ermelinda Moutinho e Luna, Fernando José (orgs.), *frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: EDUSP, 375-388.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz Silva, 2002-2006. *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Vols. I e II.

VELOSO, Fr. José Mariano da Conceição, 1798a. *O Fazendeiro do Brasil [cultivador] melhorado na economia rural dos géneros já cultivados e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto (...)*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, Vol. I.

VELOSO, Fr. José Mariano da Conceição, 1798b. *Alografia dos alcalis fixos vegetal ou potassa, mineral ou soda, e dos seus nitratos, segundo as melhores memórias estrangeiras*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira.

VERALDO, Ivana, 2005. O comércio de impressos na capitania de São Paulo (1797-1802): uma estratégia civilizadora e educativa. *Revista HISTEDBR On-line (Campinas)*, nº.18, 10-18.

VILLALTA, Luiz Carlos, 2019. A Casa do Arco do Cego: política editorial régia, censura e disputas. In Pataca, Ermelinda Moutinho e Luna, Fernando José (orgs.), *frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: EDUSP, 47-102.

WEGNER, Robert, 2004. Livros do Arco do Cego no Brasil colonial. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, vol. 11, supl. 1, 131-140.